

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Samuel de Souza Montes

## **UMA ANÁLISE DA GRÉCIA ANTIGA ATRAVÉS DAS RELAÇÕES ESPACIAIS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: LUDMILLA SAVRY DOS SANTOS ALMEIDA

Juiz de Fora  
2025

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **SAMUEL DE SOUZA MONTES**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202073082A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **UMA ANÁLISE DA GRÉCIA ANTIGA ATRAVÉS DAS RELAÇÕES ESPACIAIS**, desenvolvido durante o período de 14/11/2024 a 10/03/2025 sob a orientação de **LUDMILLA SAVRY DOS SANTOS ALMEIDA**, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**SAMUEL DE SOUZA MONTES**

### Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# UMA ANÁLISE DA GRÉCIA ANTIGA ATRAVÉS DAS RELAÇÕES ESPACIAIS

Samuel de Souza Montes<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo tratar de possíveis benefícios do estudo da História através de uma perspectiva espacial que se utiliza de conceitos e análises próprias do campo da geografia e apoiados em ideias de outras áreas do conhecimento como antropologia e filosofia, por exemplo. Para realizar tal tarefa, será feita uma análise sobre o processo de constituição da sociedade na Antiguidade, mais especificamente na Grécia, e como essa sociedade se transformou a partir das relações de espaço que moldaram desde os palácios do período Micênico, até as disputas pela posse da terra na Atenas arcaica que culminaram na primeira democracia que se tem conhecimento no mundo ocidental. As principais noções do saber geográfico a serem utilizadas são as noções sobre território e estado, desenvolvidas a partir do pensamento de vários autores, como o geógrafo e zoólogo alemão Friedrich Ratzel e o filósofo e historiador francês Michel Foucault.

**Palavras Chave:** História; Geografia; Grécia Antiga; Espacialidades

## Introdução

Ao longo da história humana, a humanidade sempre se perpetuou através do espaço que ocupou, seja dominando o plantio, entendendo os hábitos de animais ou, de forma mais agressiva, erguendo construções e delimitando fronteiras. Estudar a história humana e o desenvolvimento da racionalidade e da sociedade sem entender as espacialidades que são implicadas em cada uma das ações tomadas pelo ser humano e, a partir de determinado momento, pelas sociedades humanas parece um equívoco se considerarmos que o espaço físico está indissociavelmente ligado ao tempo histórico de cada uma das ocorrências históricas que estudamos.

A partir desta perspectiva quanto a forma de se melhor analisar um determinado fato ou corrente de pensamento em um determinado período histórico, este trabalho tem como intenção principal trazer conceitos que remetem às implicações da espacialidade no desenvolvimento do ser humano enquanto um ser considerado social e racional. Para isso, primeiro, devemos conceitualizar e entender alguns questionamentos importantíssimos:

1. O que é **espaço**?
2. O que é o espaço como objeto de estudo da ciência ou, mais especificamente, o que é o **espaço** como objeto de estudo da Geografia?
3. O que é **território**?

Conceitualizando, o espaço é o agente universal onde tudo acontece. Definido pelo dicionário Aurélio como “a extensão do que contém a matéria”, ou seja, é onde tudo que existe se situa, mas se entrarmos de forma mais profunda na noção do que é o espaço a partir de um pensamento geográfico, ou seja, analisarmos o espaço como objeto de estudo da ciência, podemos evocar o geógrafo brasileiro Milton Santos que, em *A Natureza do Espaço* (1996), define o espaço geográfico como “o meio utilizado para a existência e transformação humana”<sup>2</sup>, ou seja, não mais simplesmente onde tudo se situa, mas também o meio por onde tudo acontece.

Partindo desses conceitos, podemos nos aprofundar mais nessas noções de forma a definir o que o mundo ocidental enxerga como **território**: este conceito é amplo e pode divergir entre diferentes formas de tecer o pensamento sobre como o ser humano e a sociedade humana se comportam a partir do espaço. Para o geógrafo

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Ludmilla Savry dos Santos Almeida.

<sup>2</sup> SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

e zoólogo alemão Friedrich Ratzel, o território é definido como “uma extensão do espaço definido pela disponibilidade de recursos naturais”<sup>3</sup>, ou seja, uma determinada porção de terra cujo a extensão é definida a partir dos recursos minerais, ambientais, hídricos e até mesmo climáticos, por exemplo. Como um zoólogo de formação, Ratzel desenvolve o seu pensamento geográfico a partir de sua observação do comportamento de determinados grupos de animais, objetos de seu estudo, e relacionando-os com comportamentos sociais humanos, o que influencia suas visões sobre o território reduzindo-as a uma mera relação de disponibilidade de recursos. O filósofo e historiador francês Michel Foucault, por outro lado, vai além desta definição e define o território como uma “forma geopoliticamente mais restrita e, geograficamente, ‘tradicional’, vinculado sobretudo ao ‘poder soberano’, ao poder centralizado na soberania do Estado”<sup>4</sup>, isto é, além de simplesmente dividir determinados espaços com base em um conjunto específico de características, Foucault argumenta que o território é um espaço definido, principalmente, através da dominação formal e reconhecida por uma determinada ordem que administra e controla esses recursos nele dispostos.

Uma perspectiva interessante sobre essa definição dada por Foucault é que ela se comunica muito bem com o pensamento construído a partir de Ratzel. Em seu livro *Geografia Política* (1893), Ratzel desenvolve as noções de espaço por uma perspectiva ligada ao que hoje chamamos de **Estado-Nação**<sup>5</sup>, isto é, um país que se define pelo controle formal de seu território delimitado por fronteiras e do povo que habita esse território através de leis reconhecidas na autoridade de uma instituição a que chamamos de “estado”. A principal ideia de Ratzel que permite esse desenvolvimento é a teoria de **Espaço Vital**<sup>6</sup>, em que ele diz, em frios termos, que o domínio do espaço é **vital** para a consolidação do estado enquanto força dominante sobre o território ocupado por seu povo e essencial para a consolidação enquanto nação. Com isso, Ratzel constrói um conceito que influencia fortemente a principal base de pensamento que justifica a formalização do estado como um órgão que domina formalmente o território na forma de um administrador de recursos, sendo então uma consequência da obra intelectual de Ratzel a formação dos estados-nações contemporâneos que servem como principal objeto de estudo para Foucault.

### Uma introdução à Antiguidade

Tendo, agora, uma noção formada sobre **o que é o espaço** e sua importância para delimitar o que é **território** e o que é **estado**, devemos agora analisar as **implicações** e **consequências** dessa importância na história da humanidade e do pensamento racional. Embora essas conceitualizações sejam bem recentes, devemos ter em mente que esses pensadores modernos e contemporâneos apenas formalizaram essa importância dentro de uma noção de saber científico e que, ao longo da história, diversos povos mostraram uma noção ampla, mesmo que não formalizada em um conceito específico que remetesse diretamente a ela, sobre como o espaço e o território são importantes para a construção do pensamento e da sociedade vigentes na época.

Para demonstrar isso, voltemos a atenção à Grécia Antiga para construir uma análise, utilizando-se dos conceitos e saberes científicos desenvolvidos, de forma a entender um pouco mais sobre como a relação com o espaço influenciou o curso da história ao longo do período citado.

Quando falamos de Grécia Antiga ou de Período Clássico na Grécia, naturalmente, as memórias mais marcantes sempre serão da Grécia Homérica dos grandes reis, heróis e guerreiros, ou então da Atenas democrática considerada por muitos o grande berço da sociedade ocidental moderna tanto no que remete ao sistema político com direitos e deveres cívicos quanto às decisões políticas, tanto no que remete à arte e à literatura com as famosas epopeias e tragédias do teatro grego, os contos épicos dos heróis ou os finos trabalhos em mármore e bronze com as famosas estátuas e colunas.

---

<sup>3</sup> Antropogeografia (1882-91)

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. “Segurança, Território, População” (1977-1978).

<sup>5</sup> RATZEL, Friedrich. *Geografia Política* 1893. Alemanha

<sup>6</sup> RATZEL, Friedrich. *Geografia Política* 1893. Alemanha

Tão importante quanto ambos esses períodos (Homérico e Clássico), está o período intermediário entre estes no qual a sociedade ou as sociedades da Grécia Antiga passaram pelas várias e diversas transformações ao longo de vários séculos que fizeram com que a Grécia deixasse de ser a terra dos reis e dos heróis, escolhidos pelos deuses para serem “os melhores entre os homens” como o próprio Homero muitas vezes os descreve, tanto na *Ilíada*<sup>7</sup> quanto na *Odisseia*<sup>8</sup>, para ser a terra onde se origina a democracia, a política e o direito civil.

Claude Mosse, historiadora francesa e uma grande especialista em Grécia Antiga, descreve ricamente algumas das principais ocorrências deste período não tão conhecido ou, pelo menos, reconhecido da Grécia. Em seu livro *A Grécia Arcaica: de Homero a Ésquilo (1990)*, Mosse analisa uma vasta documentação deixada por filósofos e historiadores da Antiguidade como Heródoto, Tucídides e Aristóteles referentes a esse período menos “popular” da Grécia. Com base nesta análise podemos refletir sobre alguns pontos e traçar um caminho bastante claro sobre o processo que levou os gregos e, sobretudo, os atenienses a se aventurarem pelo mediterrâneo durante este período intermediário no qual muitas cidades gregas foram fundadas fora do território que hoje compreendemos como Grécia.

Porém, antes de mais nada, é importante olhar primeiro para o contexto específico da Grécia descrita por Homero e que antes já foi confundida com a chamada Grécia Palaciana, mas que atualmente é enxergada como posterior a esta. Heródoto, pela carência de fontes mais confiáveis que a simples tradição oral ou os contos épicos transmitidos pelos *aedos*<sup>9</sup>, não encontra muito respaldo nos achados arqueológicos da era moderna e constantemente entra em contradição ou em conflito com o que foi escrito por alguns outros historiadores da época, como Mosse mesmo aponta<sup>10</sup>. Entretanto, partindo de suas descrições e análises e considerando que até o início do século XX, com o crescimento da arqueologia enquanto ciência e fonte de conhecimento sobre a Antiguidade, se tinha tanto respaldo em qualquer especulação sobre o período Homérico quanto Heródoto teve no século V a.C., é possível especular sobre a realidade desse período se somarmos os mais recentes achados arqueológicos referentes à época.

Mosse aponta que a Grécia Homérica é, na verdade, uma “mistura de períodos cheia de inconsistências”, isto é, ao longo da narrativa, diferentes períodos se convergem em uma sociedade que não faz sentido se comparada ao que as reminiscências encontradas pela arqueologia sugerem. Por exemplo, a importância dada ao atida Agamenon, rei de Micenas e o grande líder da Guerra de Tróia, somada às descrições dos exércitos gregos e troianos, sugerem uma Grécia ainda palaciana que, de fato, existiu durante a Era do Bronze e que pode ser paralela ao período conhecido justamente como Grécia Micênica por ser precisamente um período em que acredita-se que Micenas era uma das mais importantes cidades do mundo grego. Entretanto, o modelo das reuniões organizadas na ágora em vista de uma tomada importante de decisões tanto pelos guerreiros na *Ilíada*, quanto pelos cidadãos de Ítaca na *Odisseia* sugerem uma organização política que surgiu já nos primórdios da Era do Ferro que, segundo a tradição, teria sido posterior ao fim do modelo palaciano.

Dito isso, tendo em vista já a capacidade de apontar a que período cada característica da sociedade inconsistentemente descrita por Homero e, de certa forma, embasada por Heródoto, podemos analisar que o padrão de sociedade existente na Grécia Palaciana e importantes reminiscências deste no período conferido à Grécia Homérica era diretamente formado em torno da posse da terra. A descrição dada por Homero dos reis gregos na *Ilíada* e na *Odisseia* e de seus papéis enquanto líderes e guerreiros em muito se assemelha com as figuras da Grécia Palaciana conhecidas como Wanax: os reis e senhores dos palácios durante o período Micênico/Palaciano que eram cultuados por seus súditos não só como líderes políticos e militares, mas também como figuras divinas encarnadas na forma humana<sup>11</sup>. Na *Ilíada* podemos ver referências a esse modelo de “governante divino” ainda reminescente nos reis gregos e no rei troiano Príamo, sendo estes reis considerados

<sup>7</sup> HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

<sup>8</sup> HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2011.

<sup>9</sup> “Aedo” era como os gregos chamavam os músicos contadores de histórias, especialmente aqueles especialistas em recitar a *Ilíada* e a *Odisseia*. Logo no início da *Odisseia*, Odisseu é recebido no palácio do rei feácio, onde um Aedo começa a recitar a *Ilíada*.

<sup>10</sup> MOSSÉ, Claude. *La Grèce Archaïque D'Homère à Eschyle* © Éditions du Seuil, 1984 Tradução de Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa - Portugal.

<sup>11</sup> Deger-Jalkotzy, Sigrid (2006). *Ancient Greece: From the Mycenaean Palaces to the Age of Homer*. Edinburgh University Press.

filhos dos deuses. Como citado na *Iliáda*, Zeus, o rei dos deuses, seria o primeiro rei dos homens e do qual todos os demais reis descenderiam. A figura de Agamenon é um reminiscência clara deste modelo de “governante divino” da Grécia Palaciana no período Homérico: chamado quase sempre como “*poderoso Agamenon, o pastor de homens*”, os dizeres “pastor de homens”, muito utilizados nas traduções para português, vêm do grego antigo “*anax andrōn*” que, em tradução literal, significa “rei dos homens”, separando Agamenon dos demais reis (inclusive do próprio Aquiles, protagonista da *Iliáda*, que é sempre chamado como “o melhor dos aqueus<sup>12</sup>”) que, ao serem referidos pelo título de rei, no idioma grego são chamados de “*basileus*”.

Divindades, descendentes dos deuses ou meros mortais, uma coisa é certa: estes indivíduos eram reconhecidamente soberanos de suas terras e, por isso, soberanos também daqueles - humanos, animais ou qualquer recurso natural - que residiam nelas. Ao serem reconhecidos enquanto soberanos em suas terras e por tanto senhores de um território que delimitava seu domínio, pode-se dizer também que estes reis (ou *Wanax*) eram além de uma força religiosa, mas também uma força “estatal”. Como observado por Foucault através do desenvolvimento do que vimos em Ratzel, o estado é a instituição formalmente reconhecida que exerce poder sobre o território, característica essa que os reis e *wanax* da era do bronze parecem cumprir.

Essa tônica já nos ajuda a entender como a humanidade se organiza socialmente a partir, primariamente, da noção e da relação de espaço. Como o antropólogo e arqueólogo francês Jean-Pierre Bocquet-Appel aponta, esse modo de existir a partir do domínio do espaço já é observável desde o Período Neolítico. Em seu artigo publicado na *Science Magazine*<sup>13</sup> (2011), Bocquet-Appel aponta que o domínio da agricultura e da pecuária foi grande responsável pela sedentarização da humanidade ao possibilitar a formação das primeiras sociedades estáticas, isto é, fixadas em determinado território. O jornalista, antropólogo e arqueólogo estadunidense Michael Balter, em artigo publicado na *Smithsonian Magazine*<sup>14</sup> (2005), argumenta que a primeira sociedade estática não só antecedeu o domínio das primeiras técnicas agrícolas e pecuaristas, como foi a partir da organização em uma sociedade estática que o ser humano criou as condições possíveis para a chamada “Revolução Neolítica”, contrapondo Bocquet-Appel. Independentemente, porém, de quem vem primeiro entre as sociedades estáticas ou a agricultura e a pecuária, já percebemos um consenso de que o conhecimento e o domínio do espaço estão na base da própria formação da civilização humana e que, mesmo no modelo mais básico e arcaico da sociedade, o território aparece como grande meio de perpetuação.

Tendo isso em vista, partimos de volta para a Grécia. Ainda não foi decifrado o exato processo pelo qual a humanidade passou a partir da primeira Revolução Agrícola, por volta do ano 12.000 a.C., levando aos grandes marcos posteriores que, entre eles, temos a chegada da agricultura e da pecuária nos Balcãs (atual Grécia) por volta de 7.000 a.C., o domínio da metalurgia nos trabalhos com cobre e zinco que inaugura a era do bronze na Anatólia (atual Turquia) por volta de 4.000 a.C. e a chegada dessa técnica na Grécia (provavelmente em torno do ano 3.000 a.C) inaugurando o período em que vemos os primeiros desenhos de uma sociedade grega. Esse período primordial da Grécia a que chamamos de Grécia Minoica tampouco foi decifrado, nem como o seu modelo de organização do poder centrado na ilha de Creta decaiu e deu lugar ao modelo Palaciano que vemos sendo o dominante por toda a Península Balcânica a partir do milênio seguinte. Sendo assim, não é sensato tentar analisar exatamente como os primeiros assentamentos agrícolas formado pelo ser humano culminaram nos palácios e nem como foi determinado quem seriam estes indivíduos escolhidos como representações do divino em forma humana que herdaram a “posse” da terra e, com ela, a servidão de todos os que existiam nela. Entretanto, tendo suficiente material sobre a Grécia Micênica e os palácios, podemos desenvolver uma análise mais focada neste período de forma a construir uma reconstituição do processo que liga a decadência dos palácios ao ápice da sociedade ateniense no fim do período arcaico.

---

<sup>12</sup> Aqueu era o gentílico utilizado para se referir aos gregos na *Iliáda*.

<sup>13</sup> "When the World's Population Took Off: The Springboard of the Neolithic Demographic Transition" de BOCQUET-APPEL, Jean-Pierre (29 Julho 2011).

<sup>14</sup> The Seeds of Civilization: Why did humans first turn from nomadic wandering to villages and togetherness? The answer may lie in a 9,500-year-old settlement in central Turkey. BALTER, Michael (Maio 2005).

Para isso, analisando mais a fundo o modelo palaciano, podemos observar que o Wanax é, antes de mais nada, um administrador dos recursos exatamente como Foucault descreve ao definir o que é o Estado. Em uma sociedade ainda primariamente agrária, o Wanax é responsável por exercer todo o poder e a autoridade tanto política quanto religiosa sobre o povo, principalmente através de subalternos, o Wanax, por tanto, tem pouco envolvimento direto nas tarefas necessárias para a manutenção da ordem na extensão desse espaço rural compreendido como seu domínio, cabendo a ele o papel de “estado” de delimitar os padrões e regras laborais e sociais necessárias para que a sociedade compreendida em seu território possa existir. As evidências arqueológicas sugerem que as principais atividades “oficiais” do Wanax enquanto governante era a de delegar funções aos seu súditos e promover eventos sociais, principalmente banquetes e comemorações para homenagear aos deuses e para receber a sua elite palaciana, líderes e chefes de grupos não palacianos englobados por seu domínio e considerados importantes dentro desta estrutura social e política ruralizada, além de outros Wanax ou representantes de palácios vizinhos a fim de estreitar relações.<sup>15</sup>

Sendo um indivíduo cuja principal responsabilidade é unir o povo de determinado território sobre um conjunto comum de regras e/ou leis de cunho político social e/ou religioso, de forma a melhor organizar as funções exercidas por cada membro desse povo e os recursos em posse do mesmo, o Wanax é, por tanto, a própria representação do estado e, com isso, também da soberania sobre o território neste modelo de sociedade.

A decadência do modelo palaciano ainda não foi totalmente decifrada, acredita-se na interferência de um suposto “povo do mar” que seriam invasores vindos do mediterrâneo e que são encontrados na tradição de diversos povos, sendo os mais notórios os Fenícios (norte do oriente médio, do atual Líbano e norte de Israel, até o norte da África no atual Marrocos), os Egípcios e, claro, os Gregos. Esses invasores teriam atacado e pilhado civilizações por toda a costa do mar mediterrâneo, mas quando tratamos da decadência da Grécia neste período, a ideia mais aceita é a de que, mesmo sendo verdadeiras essa suposta interferência deste “povo do mar”, teriam sido disputas internas entre diferentes palácios e também entre os Wanax e seus subalternos que causaram a fragmentação dos territórios destes palácios, dividindo as terras entre as elites palacianas no provável processo que minou o poder e a influência dos Wanax e formou as primeiras elites aristocráticas, isto é, uma elite social composta por indivíduos que detém a posse da terra mesmo não sendo considerados líderes políticos como os proprietários anteriores.

O grande acontecimento, porém, responsável por modificar profundamente a sociedade grega e que é, segundo a tradição deixada por Heródoto e Aristóteles e trazida de volta à luz na contemporaneidade por Mosse, o marco final da Era do Bronze e por tanto desta sociedade de reis divinos e absolutos, sendo também o ponto de início do período da Grécia conhecido como Arcaico durante a Era do Ferro, é justamente o domínio metalúrgico do ferro. Este avanço importantíssimo permite um desenvolvimento significativo nas técnicas bélicas e também na agricultura dos gregos. Por ser consideravelmente mais abundante e mais fácil de trabalhar do que seu antecessor, o bronze, o ferro barateia em muito o custo de uma *panóplia*, o equipamento completo do guerreiro, permitindo que o acesso ao material necessário para integrar as atividades militares, antes exclusivas aos aristocratas e artesãos mais abastados, seja consideravelmente ampliado. Além disso, também aprimora em efetividade e durabilidade as ferramentas agrícolas utilizadas para arar e semear a terra, promovendo colheitas maiores e melhores, promovendo, portanto, a criação de um excedente de produção essencial para o desenvolvimento de uma sociedade em que mais indivíduos podem se dedicar à funções não ligadas diretamente à obtenção de alimentos e, principalmente, à formação de um sistema de comércio mais amplo.<sup>16</sup>

É graças ao domínio do ferro que, a partir do século X a.C., os primeiros exércitos de hoplitas começam a se formar, tendo em suas fileiras tanto camponeses quanto senhores de terras. Essa nova forma de se fazer a guerra faz com que os gregos comecem a abandonar o costume homérico da individualidade comandada pela *lyssa*, a embriaguez do combate que se apossa do guerreiro levando-o implacavelmente às linhas de frente do conflito em

---

<sup>15</sup> Deger-Jalkotzy, Sigrid (2006). *Ancient Greece: From the Mycenaean Palaces to the Age of Homer*. Edinburgh University Press.

<sup>16</sup> MOSSÉ, Claude. *La Grèce Archaique D 'Homère à Eschyle* © Éditions du Seuil, 1984 Tradução de Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa - Portugal.

busca da glória pessoal, e passam a exercer a *sophrosyne*, a disciplina do guerreiro que detém o controle sobre si durante o combate.

Essa chamada **Revolução Hoplítica** é de tão grande importância para a transformação pelo qual a Grécia passa a partir do início do período arcaico pois, ao possibilitar a formação de exércitos cada vez maiores e melhores equipados, cria uma demanda maior por organização e estratégia em vias de tornar viável o combate com grupos tão grandes. Na **falange de hoplitas** era exigido que todos os soldados, sem distinção entre aristocratas, artesãos, comerciantes ou camponeses, agissem de forma coordenada e integrada ao todo, movendo o bloco de guerreiros em unidade e realizando ataques e defesas em sincronia. Para Claude Mosse, não é descartada a hipótese de que, graças a formação dessa unidade militar coletiva e não mais individualista na forma da falange, é que o cidadão grego começa a desenvolver um senso de coletividade e de igualdade entre os homens que os leva a questionar o absolutismo que vigorava até o fim da era do bronze. Se foi realmente este o motivo para o Wanax e os reis homéricos serem substituídos de vez por sistemas políticos mais amplos e com poderes distribuídos entre vários indivíduos ou, pelo menos, agora por mais de um único indivíduo como vemos nas diarquias e nos colégios de anciões em grande parte das principais cidades gregas a partir da Era do Ferro, não podemos precisar, mas que esses valores promovidos entre os hoplitas mudaram a forma do cidadão grego de se enxergar enquanto indivíduo na sociedade, isto sim é possível de se afirmar.

Apontada por Heródoto e sustentado por Tucídides e Aristóteles, a Mégara era uma cidade centrada em uma região da Ática com boas reservas de minério de ferro e também com terras férteis o suficiente para que se desenvolvesse um estado de prosperidade propício para a formação do provável primeiro grande exército de hoplitas na história. Tal condição tornou a Mégara um alvo de cobiça dos vizinhos e, ao atestar fortemente a eficiência de sua nova forma de guerrear a partir das falanges, teria então sido a possível grande responsável por popularizar o exército de hoplitas para o resto da Grécia.

A partir daí, os cidadãos “de menor valor” da Grécia, ou seja, os camponeses que não dispunham da posse da terra e, portanto, precisavam sobreviver exclusivamente de sua força de trabalho, passaram a não mais serem totalmente dependentes da classe aristocrática e detentora da posse da terra para a defesa militar de seu território. Por passarem a serem incluídos nas excursões belicosas, acredita-se que estes camponeses começaram a se desencantar das crenças de que os aristocratas eram “indivíduos superiores” e “descendentes dos deuses” pois agora também eram capazes de combater e de se defender. A ruptura de vínculo que se dá como consequência dessa população menos abastada ter uma dependência menor da aristocracia no que remete a defesa da terra, já que o pacto padrão da posse da terra parece ser, desde então, que aqueles que possuem as melhores armas para conquistar e defender o território sejam os grandes detentores da posse do mesmo, cria um questionamento sobre o direito dos aristocratas sobre essa terra.

Além dos questionamentos sobre a necessidade da existência de uma elite militar que controle e defenda a terra através da força das armas, o exército dos hoplitas, como já citado, também promoveu um ideal de igualdade. Se no campo de combate todos são iguais e o sucesso do coletivo depende que cada um exerça individualmente seu papel com sucesso, por que não seria assim também em todos os outros aspectos da vida em sociedade? É possível, portanto, que esses ideais de igualdade entre os guerreiros tenham sido os responsáveis pelo surgimento dos ideais de igualdade política tão essenciais para a formação da primeira democracia que se tem conhecimento no mundo ocidental.

Assim sendo, é correto fazer a correlação entre o domínio do ferro, que aprimora o combate e a agricultura e, por tanto, a forma de dominar, proteger e utilizar a terra, com as mudanças sociais profundas que começam a surgir na Grécia a partir do domínio desta nova técnica metalúrgica. Sem o minério de ferro, extraído da terra, não se tem a nova técnica, sem a nova técnica, não se tem as mudanças sociais observadas, logo a evolução pelo qual esse modelo de sociedade passa está intrinsecamente ligada ao território ocupado por ela. Como vimos em Ratzel, o território é o primeiro meio pelo qual uma sociedade se forma, em Milton Santos, é o meio pelo qual essa sociedade se transforma, e em Foucault é o meio pelo qual o estado surge e então formaliza o exercício de seu domínio e seu poder, tal qual observamos em nossa análise.

## Atenas

Após esse longo processo de modificações pelo qual a sociedade grega passa ao longo da era do ferro, chegamos finalmente ao século VIII a.C. quando a cidade de Atenas viu o ápice da decadência deste novo modelo aristocrático. Em um sistema em que todo o poder político estava concentrado nas mãos daqueles que possuíam grandes propriedades de terra, essa elite aristocrática que detinha o poder era completamente sedentarizada, ou seja, não precisavam trabalhar para sobreviver ao arrendar suas terras para aqueles que não tinham posses o suficiente para produzir a subsistência própria e de seu núcleo familiar. Estes camponeses que precisavam vender sua força de trabalho aos aristocratas para produzir seu próprio alimento, deveriam dar parte da produção ao dono da terra que ocupava e, caso falhassem em pagar o aristocrata seja porque a produção não atingiu as expectativas ou por qualquer outro motivo, ficavam devendo a quantia que faltava a ser paga. Caso a dívida crescesse muito, o devedor era tornado escravo de seu credor e forçado a trabalhar mais e mais para quitar as pendências.

A partir do século VIII, somando condições climáticas adversas que impactaram algumas produções, com o crescimento de rotas de comércio que demandavam cada vez mais excedentes na produção para alimentar estas relações comerciais e as altas taxas cobradas pelos aristocratas aos camponeses que trabalhavam em suas terras, uma grande parte da população de Atenas estava contraindo enormes dívidas e a tendência era que a grande maioria destes devedores fossem escravizados para pagar as dívidas. Esse período de estagnação social e econômica causada pelo endividamento sistemático da população recebeu o nome de stasis.

A grande preocupação dos governantes da época com essa stasis, essa insatisfação social crescente com as desigualdades sociais perpetuadas pela posse desigual da terra, era com os considerados cidadãos atenienses que, para serem considerados como tal, precisavam ser homens maiores de 18 anos de idade e não só terem nascido no território reconhecido como Atenas como também deveriam ter pai e mãe nascidos nas dependências da cidade. Com uma parcela crescente desse grupo em vias de se tornarem escravizados por dívidas, o povo ateniense se levantou para pedir por mudanças aos arcontes, os governantes da cidade escolhidos entre as principais lideranças militares, jurídicas e religiosas da aristocracia.

Ao longo de todo este processo, a partir de meados do século VIII e encontrando seu ápice na metade do século VII a.C. grandes números de camponeses, artesãos e até mesmo aristocratas menos abastados ou com posses em regiões menos férteis foram incentivados a deixar não só a pólis ateniense, mas também outras pólis do Peloponeso, a região mais ao sul da Península Balcânica onde importantes cidades como Atenas, Esparta e Mégara se situam, e das Ilhas Jônicas no Mar Egeu. No objetivo de encontrar terras mais férteis para que fosse ocupada por estes que não mais conseguiam produzir seu sustento em sua terra de origem, os principais destinos destes expedicionários são: a Magna Grécia (ou Grécia Continental), o sul da Península Itálica e a Sicília, o sul da Gália (atual França) e, em menor número e importância que os anteriores, mas ainda sim dotado de alguma relevância, a costa ocidental do Mar Negro. Essa expansão territorial expande também a influência política, comercial e cultural e religiosa das principais cidades gregas da época, com destaque para Atenas que, neste momento do século VII, via grandes tensões relativas ao problema da stasis e que utilizou essas expedições para manter sua hegemonia interna ao criar novas rotas de comércio com as colônias fundadas, além de mandar para longe opositores e endividados insatisfeitos com o governo aristocrático vigente.

Tal medida não teria sido suficiente, porém, para resolver de vez o problema internamente, tendo as insatisfações daqueles que permaneceram na Ática também permanecido. Então, segundo a tradição, o arconte jurista conhecido como Sólon teria, já início do século VI, realizado uma série de reformas sociais para ampliar as categorias censitárias da cidade e para acabar com a escravidão por dívidas para os cidadãos, fazendo com que apenas estrangeiros pudessem ser escravizados por dívidas. A medida, embora tenha gerado certo alívio aos muitos homens que viam sua liberdade ameaçada, em nada surtiu efeito para aliviar a crescente desigualdade entre os camponeses e artesão em relação aos aristocratas que, por sua vez, também se irritaram com a medida pois os escravizados eram parte importante da mão de obra de suas terras e também porque as categorias sociais censitárias criadas por Sólon baseadas na renda deram alguns privilégios políticos aos artesãos e comerciantes mais ricos que antes eram conferidos apenas àqueles que nasciam na aristocracia. É preciso ressaltar, no entanto,

que a grande maioria dos camponeses que trabalhavam nos campos atenienses eram os metecos, trabalhadores estrangeiros ou nascidos no território cuja ascendência familiar não cumpria com os requisitos para cidadania, e como estes não eram cidadãos, ainda poderiam se tornar escravizados por endividamento.

Frente a essas medidas, grupos de camponeses, artesãos e comerciantes que sofriam com as crescentes dívidas começaram a se organizar para exigir mudanças mais substanciais. Para apaziguar os protestos destes grupos, Sólon criou a Eclésia e a Bulé, sendo a primeira um conselho formado pelos cidadãos atenienses e o segundo por moradores de toda a região da Ática independentemente se eram reconhecidos como cidadãos ou não. A Eclésia seria o espaço para que os cidadãos se organizassem para conversas sobre suas vontades e necessidades políticas de forma a expressá-las aos arcontes enquanto a Bulé seria um espaço parecido, porém mais amplo, para que os estrangeiros pudessem fazer o mesmo sobre a regulação da Eclésia. Estes dois espaços criados fomentou a formação de uma população mais engajada politicamente na cidade de Atenas e em seus arredores, mas nem a Eclésia, nem a Bulé, tinham algo poder político de fato sendo a decisão final dos arcontes sobre qualquer assunto desprovida de qualquer compromisso com o que quer que fosse decidido pelo povo nestes espaços.

No desenrolar da disputa, os maiores opositores do regime aristocrático eram justamente os comerciantes que surgiram com as expansões territoriais dos dois séculos anteriores e enriqueceram mesmo sem os privilégios políticos dados aos que nasciam na aristocracia. Este grupo, detentores do controle das principais rotas de comércio de Atenas, queria mais poderes de participação política e questionavam os direitos da aristocracia utilizando os problemas de endividamento sistemático dos camponeses para desafiar a hegemonia do poder aristocrático.

Foi então que um aristocrata chamado Pisístrato, então de menor importância política, mas reconhecido como general e líder militar, viu a oportunidade de se utilizar da questão para ascender politicamente. Ele organizou os camponeses mais pobres, que compunham a maioria da população de Atenas, e reivindicou os direitos destes sobre as terras em que trabalhavam para obter seu sustento propondo que os Arcontes confiscassem e redistribuíssem as terras dos grandes proprietários aristocratas. Inserindo um novo grupo com novas reivindicações na disputa pelo poder político da cidade, Pisístrato balançou com o equilíbrio da disputa entre a elite aristocrática que detinha o poder e essa nova elite comercial que se formava com pretensões políticas.

Em meados do século VI, após muito articular entre os grupos, Pisístrato dá um golpe destituindo o colégio dos arcontes e tomando o poder para si, dando início a uma tirania, ou seja, um governo considerado ilegal. Como tirano, Pisístrato, faz diversas reformas na infraestrutura da cidade, levando trabalhadores do campo para o centro urbano empregando-os nas obras, ele também faz a redistribuição das terras, minando o poder da elite aristocrática e fortalecendo essa nova elite comercial. Esse novo modelo de governança centrada na figura do tirano, isto é, de um "rei" que toma para si o poder através de um golpe, foi uma tendência que surgiu no final do século VII e ganhou força ao longo do século VI em várias das principais cidades que tomaram partido nas expansões territoriais a partir do século VIII, sendo a maioria destes tiranos um representante maior das elites comerciais do que da aristocracia. Além de Pisístrato e seus dois filhos, Hiparco e Hípias, que também governaram como tiranos em Atenas herdando o poder após a morte do pai, outros tiranos notáveis da época incluem Cípselo, que reinou como tirano de Corinto durante a última metade do século VII, deixando o poder para seu filho Periandro; Fédon, de Argos, cujo o período de reinado é incerto, embora Heródoto aponte a segunda metade do século VII, deixando o poder também ao seus filhos.

As tiranias só viriam a ser derrubadas no início do século V, um momento em que os modelos de reinado puramente aristocráticos do passado já parecem estarem superados em grande parte da Grécia, embora uma alternativa que não a tirania ainda não tivesse sido encontrada para substituí-los. É justamente neste momento que, na cidade de Atenas, ergue-se as vontades dos cidadãos sem distinção entre eles no que se tornaria a democracia ateniense, grande marco que dá fim ao período arcaico e inicia o período clássico na Grécia. Porém, é importante ressaltar, a cidade de Atenas ainda mantinha as exigências que faziam com que apenas um seletivo grupo, que embora muito maior que os anteriores detentores do poder político, tivesse algum poder político de forma que ainda não contemplava a verdadeira totalidade da população de Atenas ou da Ática.

## Análise final

Como podemos observar ao longo de mais de um milênio e meio da história, do surgimento dos palácios à sua degradação, passando pelos governos aristocráticos e as tiranias ilegítimas até chegarmos na famosa democracia ateniense que inaugura valores políticos e cívicos que servem de inspiração para o mundo ocidental até os dias atuais, a organização destes diversos modelos de sociedades que vigoraram na Grécia da Antiguidade estavam intrinsecamente ligada ao domínio sobre o espaço ou sobre o território. A sociedade se transforma a partir dos recursos que encontra no espaço que ocupa, desenvolvendo e modificando suas instituições políticas ao longo do tempo.

É por causa do domínio do espaço, ou melhor dizendo, do território (que, como vimos anteriormente em Ratzel, se define pelos recursos disponíveis em determinada porção do espaço)<sup>17</sup> que os Wanax entram em conflito uns com os outros e com suas elites palacianas. É a partir da nova divisão da posse deste território que a aristocracia surge no período arcaico e se perpetua no poder até que novos grupos surgem para desafiar essa ordem e derrubá-la e através desta superação do domínio do território através da posse de forma privada do mesmo como único instrumento de poder político é que surge a democracia ateniense, marco tão importante na história do mundo ocidental.

Mais uma vez evocando Milton Santos e sua noção de **espaço geográfico**<sup>18</sup>, as terras controladas pelos Wanax da Grécia Micênica, pelos Basileus homéricos e pelos aristocratas da Grécia Arcaica foram palco para a sociedade grega, mas também para as transformações dos seres humanos dentro desta sociedade e, portanto, da própria sociedade grega. As tensões geradas pela concentração do poder manifestado na forma da posse da terra são os principais pivôs para que os governos que, como definidos por Foucault, são os responsáveis por legitimar e gerir o controle sobre o território se modificassem ao longo deste largo espaço de tempo histórico abarcado em nossa análise.

Sendo assim, como determinado por Ratzel, também na Grécia Antiga o **espaço** e o **território** se mostram **vitais** para que a sociedade e cultura grega se perpetuem através das eras, sendo através das disputas pelo território e pelas transformações deixadas no solo por essas disputas e pelos exercícios do controle sobre o território conquistado ou disputado que podemos, também, procurar através da arqueologia as relíquias que nos elucidam com as pistas tão importantes para decifrar a história, demonstrando que as interações da humanidade com o espaço são não só vitais para determinar as ações tomadas ao longo da história como também para que possamos entendê-las.

---

<sup>17</sup> RATZEL, Friedrich. Antropogeografia. 1882-1891. Alemanha.

<sup>18</sup> "O espaço geográfico é o meio utilizado para a existência e transformação humana" SANTOS, Milton . A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / . - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

## Referências:

BALTER, Michael. **The Seeds of Civilization: Why did humans first turn from nomadic wandering to villages and togetherness? The answer may lie in a 9,500-year-old settlement in central Turkey.** - Smithsonian Magazine (Maio 2005)

BOCQUET-APPEL, Jean-Pierre. **When the World's Population Took Off: The Springboard of the Neolithic Demographic Transition.** - Science Magazine (29 Julho 2011)

Deger-Jalkotzy, Sigrid (2006). **Ancient Greece: From the Mycenaean Palaces to the Age of Homer.** Edinburgh University Press.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOMERO. **Odisseia.** Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2011.

HOMERO. **Iliada.** Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

MOSSÉ, Claude. **La Grèce Archaique D 'Homère à Eschyle** © Éditions du Seuil, 1984 Tradução de Emanuel Lourenço Godinho Revisão do Dr. José Ribeiro Ferreira Capa de Edições 70 Todos os direitos reservados para a língua portuguesa por Edições 70, L.\*\*\*, Lisboa — portugal

RATZEL, Friedrich. **Antropogeografia.** 1882-1891. Alemanha.

RATZEL, Friedrich. **Geografia Política** 1893. Alemanha.

SANTOS, Milton . **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / .** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)